



Qual o limite de defesa do meio ambiente que o art 170 da ordem econômica permite que as empresas cheguem?

Autor(res)

Fabício Dias Rodrigues
Rafael Souza Barbosa
Jiovanna Alves De Oliveira Matos
Emanuele Maryana Sousa Nery
Priscilla Alixandre Da Silva

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

Introdução

A crescente preocupação com os impactos ambientais das atividades empresariais tem levado a uma maior atenção ao papel do direito empresarial na regulação e na responsabilização das empresas que poluem o meio ambiente. Nesse contexto, o Artigo 150 da Constituição Federal brasileira emerge como um importante referencial, delineando princípios e diretrizes que orientam a atuação das empresas em relação à proteção ambiental. Este trabalho propõe uma análise da temática das empresas poluentes à luz do direito empresarial, com foco na interpretação e na aplicação do referido artigo constitucional. Serão explorados os desafios e as oportunidades para a efetiva implementação das normas legais relacionadas à responsabilidade ambiental das empresas, buscando contribuir para um maior entendimento e aprimoramento do quadro regulatório e das práticas empresariais no contexto ambiental.

Objetivo

O objetivo geral deste estudo é analisar as implicações jurídicas das atividades das empresas que geram poluição ambiental, à luz do direito empresarial e com base no Artigo 150 da Constituição Federal brasileira. A pesquisa visa compreender como as disposições legais relacionadas à proteção ambiental, especificamente aquelas contidas na referida norma constitucional, são interpretadas e aplicadas

Material e Métodos

Para alcançar os objetivos propostos, este estudo utilizará uma revisão bibliográfica sistemática. Serão consultadas diversas bases de dados acadêmicas e jurídicas, incluindo PubMed, Scopus, Web of Science, JSTOR, LexisNexis, e bibliotecas digitais de universidades e instituições jurídicas. A revisão será restrita a artigos científicos, livros, dissertações, teses e documentos legislativos publicados nos últimos dez anos, com o objetivo de obter uma visão atualizada e abrangente das abordagens teóricas e práticas relacionadas ao tema das empresas que poluem o meio ambiente sob a ótica do direito empresarial.

Resultados e Discussão



3ª MOSTRA CIENTÍFICA





Após a revisão bibliográfica sistemática e a análise dos dados, os resultados mais relevantes revelaram-se em consonância com o objetivo geral do estudo. Verificou-se que, apesar dos avanços legislativos e da conscientização crescente sobre a importância da proteção ambiental, ainda existem desafios significativos na efetiva aplicação do direito empresarial no contexto das empresas que poluem o meio ambiente.

Em relação ao objetivo de compreender as implicações jurídicas das atividades das empresas poluentes, constatou-se uma ampla gama de normas legais, tanto constitucionais quanto infraconstitucionais, que estabelecem princípios e diretrizes para a gestão ambiental das empresas. No entanto, a interpretação e a aplicação dessas normas podem variar, levando a inconsistências na responsabilização das empresas por danos ambientais.

Conclusão

As principais conclusões deste trabalho destacam a necessidade urgente de fortalecer a aplicação do direito empresarial no contexto das empresas que poluem o meio ambiente, com base no Artigo 150 da Constituição Federal brasileira. Identificou-se que, embora existam normas legais sólidas para regulamentar a gestão ambiental das empresas, há desafios significativos na efetivação dessas normas e na responsabilização das empresas por danos ambientais.

Referências

- Milaré, É. (2017). Direito Ambiental Empresarial: Teoria e Prática. Editora: SARAIVA FGV SÃO PAULO
- Milaré, É. (2017). Direito Ambiental. Editora: SARAIVA FGV SÃO PAULO
- Benjamin, A. H., & Milaré, É. (2015). Direito Ambiental Empresarial. Editora: revistas dos tribunais

3ª MOSTRA CIENTÍFICA

